

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 20/Mai



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3405 - Ano 2025



## APOSENTADORIA ESPECIAL

# ATO NACIONAL PELA APROVAÇÃO DO TEMA 1209 STF – APOSENTADORIA ESPECIAL

# DIA NACIONAL DE LUTA VIGILANTES 30 DE MAIO



## SINDESV/DF

### CONFIRMOU SUA PARTICIPAÇÃO

### TEMA 1209 STF

### APOSENTADORIA ESPECIAL = JUSTA E NEEDED!

## E VOCÊ?



Realização: Confederação Nacional dos Vigilantes  
Apoio: Federações e Sindicatos de Vigilantes

Filiada:



Como todos sabem, a Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, as Federações e Sindicatos de vigilantes estão convocando para o dia 30 de maio, a partir das 9h da manhã, vários atos que acontecerão de forma simultânea em todos os Estados e no Distrito Federal, pedido que o Superior Tribunal Federal – STF pautar e julgar favorável o tema 1209, que trata da aposentadoria especial dos vigilantes.

A partir de hoje, vamos estar divulgando a entidade que já confirmou sua presença



**O Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal – SINDESV DF confirmou a sua participação no ato.**

**DIA 30 DE MAIO, SEXTA-FEIRA.**

LOCAL DE CONCENTRAÇÃO: Rampa dos Vigilantes no CONIC, Asa Sul, Brasília/DF.

**A partir das 8h.**

Será servido um lanche para os presentes e após isso, desceremos em caminhada para o STF.

OBS: Lembrando que alguns protocolos de segurança tem que ser cumpridos após aos atos golpistas de 08 de janeiro. Se informem no SINDESV DF sobre isso.

## **O Sindicato dos Vigilantes do Amazonas – SINDEVAM também confirmou presença.**

**DIA NACIONAL DE LUTA VIGILANTES 30 DE MAIO**

**SINDICATO DOS VIGILANTES DE MANAUS/AM CONFIRMOU SUA PARTICIPAÇÃO**

**TEMA 1209 STF**  
**APOSENTADORIA ESPECIAL = JUSTA E MERECEDA**

**E VOCÊ?**

**LUTE**

Realização: Confederação Nacional dos Vigilantes  
Apoio: Federações e Sindicatos de Vigilantes

Filiada: CUT

**O DIA 30 DE MAIO, SEXTA-FEIRA.**

LOCAL DE CONCENTRAÇÃO: Em frente a Justiça Federal, em Manaus/AM

A partir das 8h

Contamos com todos.

**ESTAMOS LUTANDO PELA**

**APOSENTADORIA ESPECIAL E VOCÊ?**

**DIA NACIONAL DE LUTA DOS VIGILANTES**

Ato em frente a Justiça Federal  
Av. André Araújo, 25 - Aleixo

30 de maio sexta-feira

8H

**APOSENTADORIA ESPECIAL JUSTA E MERECEDA!**

**SINDEVAM** Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança de Manaus

Filiado a CTB

# Jaildo Oliveira se reúne com sindicato dos vigilantes e apoia pautas da categoria

## Vereador articula Tribuna Popular na Câmara Municipal para dar visibilidade à luta dos profissionais da segurança e apurar denúncias de atrasos salariais



Vereador Jaildo Oliveira recebe representantes do Sindevam na CMM e reforça apoio às pautas da categoria, ao lado do presidente David Reis – Foto: Divulgação/Assessoria

Nesta segunda-feira (19 de maio), o vereador Jaildo Oliveira (PV) recebeu representantes do Sindicato dos Vigilantes de Manaus (Sindevam) na Câmara Municipal de Manaus (CMM), em reunião acompanhada pelo presidente da Casa, vereador David Reis (Avante).

Durante o encontro, foram discutidas pautas emergenciais da categoria, com destaque para a solicitação de uma Tribuna Popular no dia 25 de junho, com o objetivo de ampliar a visibilidade do trabalho exercido pelos vigilantes e debater publicamente a importância do setor para a segurança pública e privada.

“Essa é uma categoria essencial para a nossa segurança, muitas vezes invisibilizada, mas que merece reconhecimento e valorização pelo trabalho que realiza em Manaus e em todo o Amazonas”, destacou Jaildo.

Na ocasião, a comitiva liderada por Ribamar Sousa, presidente do sindicato, também denunciou atrasos recorrentes no pagamento de salários por parte de uma empresa prestadora de serviços. A situação tem afetado diretamente dezenas de trabalhadores. O vereador se comprometeu a acompanhar o caso e buscar esclarecimentos junto aos órgãos competentes.

“Recebi essa denúncia no meu gabinete e imediatamente levei ao presidente da Casa. Não podemos aceitar que profissionais que zelam pela nossa segurança sofram com descaso e falta de compromisso por parte de empregadores”, afirmou o parlamentar.

“Parabenizo o presidente do SINDEVAM pela responsabilidade com sua categoria. Estamos juntos nessa luta por dignidade, respeito e melhores condições de trabalho”, completou o vereador, elogiando a atuação do sindicato.

A expectativa é de que a Tribuna Popular prevista para 25 de junho represente um marco na mobilização da categoria, promovendo visibilidade institucional e encaminhamentos práticos em defesa dos vigilantes.

Texto: Indira Queiroz (assessoria de imprensa do parlamentar)

Fonte: Câmara Municipal de Manaus

# Direção do Sindvigilantes/BA se reuniu para avaliar as ações realizadas no primeiro semestre



Nesta sexta-feira (16), a direção do Sindvigilantes/Ba se reuniu para avaliar as ações realizadas no primeiro semestre e apresentar um balanço das últimas viagens realizadas para o interior. O encontro também foi espaço para discutir os próximos passos da luta da categoria, tanto em nível estadual quanto nacional.

Contamos com a presença da vereadora Marta Rodrigues, que apresentou um panorama dos Projetos de Lei de interesse da categoria e atualizou os encaminhamentos junto ao Governo do Estado. A assessora da deputada Maria Del Carmen, Sandra Gama, também participou do encontro e trouxe uma importante notícia: o projeto que trata do colete feminino, em tramitação na Assembleia Legislativa, teve parecer positivo e o presidente da CCJ se comprometeu a dar andamento à matéria na Casa.

José Boaventura, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, coordenou os trabalhos e destacou a



importância da unidade da diretoria diante das pautas da categoria, seja em âmbito estadual ou nacional.

O presidente do Sindvigilantes, Paulo Brito, reforçou a relevância do encontro, sobretudo diante da eleição que acontecerá no próximo semestre para a gestão 2025/2028. Ele também convocou todos e todas para a assembleia da próxima terça-feira (20), às 8h30, na sede do sindicato.

A reunião mostra o compromisso de toda diretoria em prol das pautas da categoria. Sindvigilantes Bahia, sindicato de Luta: categoria boa de Briga!

Fonte: Sindvigilantes Bahia

# MUDANÇA EM AGÊNCIA DA CAIXA EM NATAL PRIORIZA “ELITE” E GERA PROTESTO DO BANCÁRIOS



Na manhã desta segunda-feira (19), trabalhadores da Caixa Econômica Federal realizaram uma paralisação e um protesto em frente à agência localizada na Avenida Engenheiro Roberto Freire, na Zona Sul de Natal. A ação, organizada pelo Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte (SEEB-RN), denuncia o desmonte do atendimento ao público promovido pela Caixa e marca posição contrária à elitização dos serviços bancários, intensificada pela implantação do modelo de agências Singulares.

FONTE: SINDSEGUR RN

## INFORME SINDESV PE

### Atenção trabalhadores do contrato Interfort/Correios



O SINDESV-PE protocolou hoje a tarde a carta convite para audiência no Ministério do Trabalho, onde trataremos do atraso salarial dos Vigilantes, já que a empresa não repassou nenhuma posição ou previsão de pagamento para o Sindicato.

A audiência foi agendada para o dia 28/05 às 14:30h. Seguirmos na luta por respeito, dignidade e salário, buscando nos órgãos competentes a proteção e manutenção dos nossos direitos e das leis trabalhistas!

FONTE: SINDESV PE

# Lucro do Santander cresce 27,8% e chega a R\$ 3,8 bi no 1º trimestre de 2025



O Banco Santander Brasil divulgou na última semana seu balanço financeiro referente ao 1º trimestre de 2025. O lucro líquido gerencial alcançou R\$ 3,861 bilhões, representando um crescimento de 27,8% em relação ao mesmo período de 2024. Na comparação com o trimestre anterior, a alta foi tímida: apenas 0,2%. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) anualizado chegou a 17,4%, com avanço de 3,3 pontos percentuais em doze meses.

Apesar do crescimento expressivo do lucro no ano, impulsionado principalmente pela expansão da margem financeira (+7,7%) e pela margem com clientes (+9,5%), o resultado evidencia uma contradição já conhecida pelos trabalhadores: o aumento da rentabilidade da instituição ocorre ao mesmo tempo em que há redução de postos de trabalho e fechamento de unidades.

A holding encerrou o trimestre com 55.303 empregados — um crescimento de apenas 93 vagas em doze meses, mas com corte de 343 postos de trabalho apenas nos três primeiros meses do ano. No mesmo período, o banco encerrou 299 lojas e 184 Postos de Atendimento Bancário (PABs), demonstrando uma estratégia de enxugamento da estrutura física, que impacta diretamente os trabalhadores e o atendimento à população.

A carteira de crédito ampliada do banco somou R\$ 682,3 bilhões, com alta de 4,3% em doze meses e estabilidade no trimestre (-0,1%). O destaque foi a carteira de cartão de crédito, que cresceu 17,9%. Já o saldo das grandes empresas caiu 3,8%, enquanto

o das pequenas e médias subiu 13,2%. O crédito ao consumo, majoritariamente fora das agências e concentrado em veículos, teve expansão de 15,7%.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias ficou em 3,3%, estável em relação ao trimestre anterior. No entanto, as despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD) cresceram 14,2% em doze meses, alcançando R\$ 6,3 bilhões — um fator que pressionou negativamente o resultado do banco.

As receitas com tarifas bancárias e prestação de serviços somaram R\$ 5,470 bilhões, com alta de 2% em um ano. Já as despesas com pessoal (incluindo PLR) cresceram 4,2% no mesmo período, totalizando cerca de R\$ 3,2 bilhões. A cobertura dessas despesas pelas receitas secundárias foi de 171,5% no 1º trimestre, evidenciando mais uma vez que o banco segue mais do que capaz de custear os direitos dos trabalhadores.

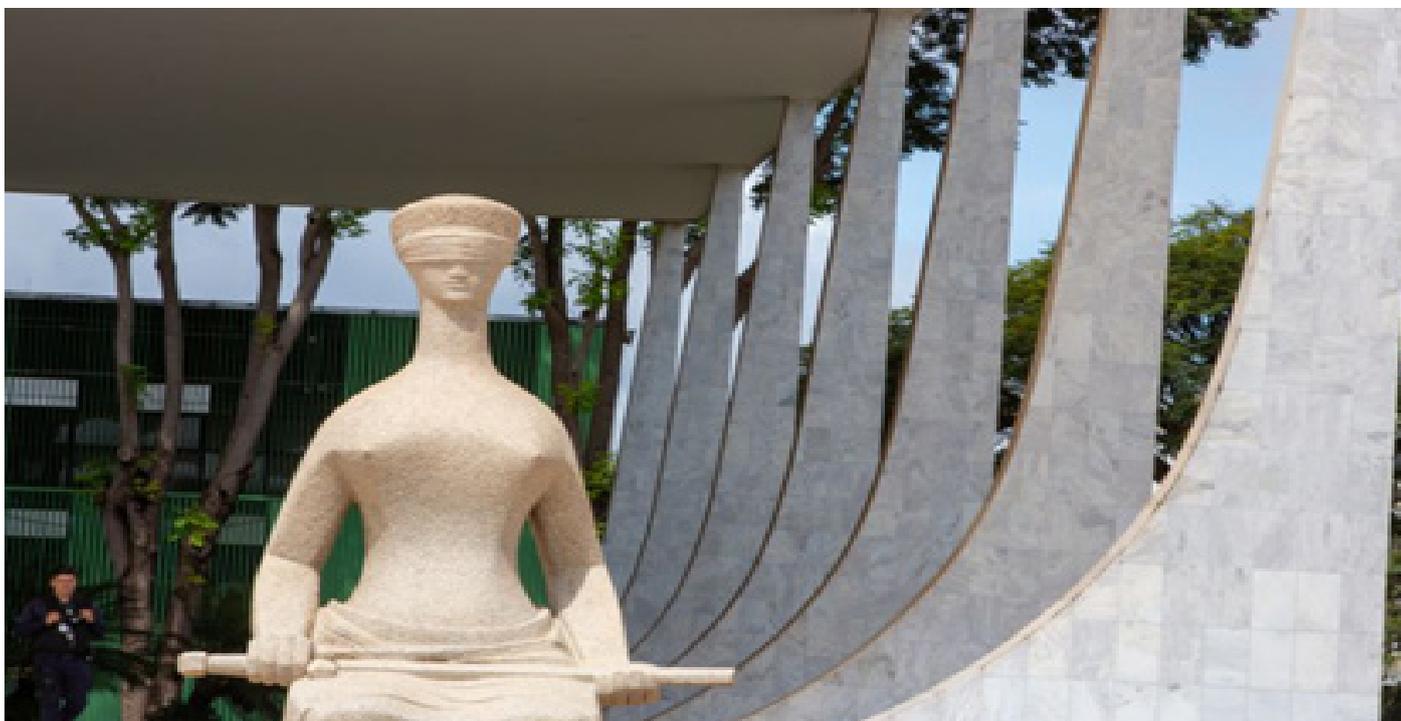
Globalmente, o Santander teve lucro de € 3,402 bilhões no trimestre, crescimento de 19% em relação a 2023. No entanto, a instituição deixou de divulgar o resultado detalhado por regiões, impossibilitando saber qual foi a participação da unidade brasileira no desempenho mundial do grupo.

Para a coordenadora da COE Santander, Wanessa Queiroz, os números reforçam a necessidade de fortalecer a mobilização dos trabalhadores, “diante de um cenário em que o banco aumenta seus lucros, mas não reverte esse ganho em valorização dos funcionários, melhores condições de trabalho ou ampliação do atendimento à população”, concluiu.

Fonte: FETEC

# Pejotização irrestrita fará trabalhador perder todos direitos, alertam ABRAT e MPT

**Pejotização pode acabar com direitos trabalhistas, aumentar trabalho escravo, diminuir número de trabalhadores com deficiência, aumentar a desigualdade salarial entre gêneros e impactar nas contas públicas**



FABIO RODRIGUES POZZEBON / AGÊNCIA BRASIL

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de suspender, em 14 de abril, as centenas de milhares de ações que pedem o reconhecimento do vínculo empregatício em contratos de trabalho como Pessoas Jurídicas (PJs), a chamada “pejotização”, vai retirar todos os direitos dos trabalhadores, prejudicar o combate ao trabalho escravo, impossibilitar a aplicação da Lei da Igualdade Salarial e o preenchimento de cotas para a contratação

de Pessoas com Deficiência (PCD), por parte das empresas, além de impactar nas contas públicas, alertam a Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat), entidade que articulou a Mobilização Nacional em Defesa da Justiça do Trabalho, e o Ministério Público do Trabalho (MPT), que embora não faça parte dessa mobilização é um órgão de defesa dos direitos trabalhistas.

Sem o reconhecimento de vínculo empregatício, com a pejotização irrestrita,

as empresas ficarão livres para contratar trabalhadores e trabalhadores sem direito algum, permitindo que, por exemplo, as mulheres, que já recebem menos que os homens, fiquem impossibilitadas de serem beneficiadas pela lei, assinada pelo presidente Lula, que torna obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função. Sem registro em carteira é impossível saber a diferença salarial. As mulheres também perderão o direito à licença-maternidade.

Outro impacto é no combate ao trabalho análogo à escravidão. Quando empregadores são flagrados explorando os trabalhadores uma das indenizações a serem pagas são os direitos trabalhistas, mas com a pejotização irrestrita eles podem dizer que o “contrato” foi verbal. A pejotização permite que os contratos possam ser feitos verbalmente, sem necessidade de um documento assinado entre as partes. Desta forma, os trabalhadores resgatados nessa situação ficarão sem indenização trabalhista.

Um exemplo foi a decisão de um juiz no Pará que suspendeu uma ação do MPT, de trabalho análogo à escravidão, por entender que o caso se enquadrava em pejotização irrestrita, cujos julgamentos foram suspensos pelo ministro Gilmar Mendes, conta o procurador Renan Bernardi Kalil, coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret), do órgão.

“Quando você encontra uma pessoa em condições análogas à escravidão, o empregador pode dizer que contratou como PJ [Pessoa Jurídica], mas não existe resgate de pessoa jurídica. Uma pessoa jurídica não vai ser escravizada, quem é escravizado é

o ser humano, é o homem ou é a mulher que está trabalhando naquelas condições”, exemplifica Kalil.

Apesar dessa decisão, o procurador do MPT orienta que o trabalhador que teve um contrato de trabalho fraudulento faça o ajuizamento da ação, porque dependendo do tempo em que ele realizou a atividade pode acontecer a prescrição do processo e de seus direitos.

“O prazo para que o trabalhador ajuíze a ação é de dois anos após a sua saída da empresa, mas já teve casos que ficaram mais de um ano suspensos no Supremo. Então, toda a cautela é pouca, e o trabalhador não pode contar com a expectativa de uma decisão mais imediata”, afirma Kalil.

Hoje os inquéritos civis e investigações em curso do MPT sobre contratos fraudulentos são 4.708. Esses números são diferentes das associações trabalhistas porque o órgão trabalha com ações coletivas e não individuais.

A pejotização também impede o cumprimento de cotas para a contratação de Pessoas com Deficiência. Hoje a legislação determina que empresas com 100 a 200 empregados, tenham uma reserva legal é de 2%; de 201 a 500, de 3%; de 501 a 1.000, de 4%. As empresas com mais de 1.001 empregados devem reservar 5% das vagas para esse grupo. Sem a carteira assinada o número de da folha de contratações diminuirá, impactando no índice a ser preenchido. Esses são apenas três exemplos do que pode ocorrer com os trabalhadores.

As consequências do trabalho sem carteira assinada também serão nefastas para a arrecadação do FGTS, da Previdência, de impostos e outros tributos necessários para a economia do país.

Abrat reage

Diante da gravidade desse quadro, a presidente da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat), Elise Correia, se reuniu com a Associação Nacional das Magistradas e Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), para darem início à Mobilização Nacional em Defesa da Justiça do Trabalho. O movimento recebeu apoio da CUT e das demais centrais sindicais.

As pessoas, os acidentados, não terão previdência para pedirem o afastamento. As pessoas não têm noção da dimensão dessa decisão e não é um impacto para daqui a 10 anos, é para daqui dois, três anos. E serão enormes, as pessoas não terão 13º para injetar na economia do país. Não vai ter FGTS, nem seguro-desemprego. Por isso que é importante que os trabalhadores tenham um vínculo empregatício- Elise Correia

Em nota, o MPT alertou para o crescimento vertiginoso da pejetização e de outras modalidades de simulação de contratos civis que buscam mascarar a relação de emprego. Apenas no campo dos Micro Empreendedores Individuais (MEIs), os números saltaram de 11.316.853 em 2020 para 14.820.414 em 2022, ou seja, um aumento de 3.503.561 em dois anos. Isso impõe severos prejuízos ao trabalhador brasileiro, que fica à margem de inúmeros direitos trabalhistas.

Segundo o procurador Kalil, a pejetização irrestrita é pior do que a reforma Trabalhista, de 2017, do governo Michel Temer, que retirou mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), porque ainda que ela tenha reduzido o escopo de proteção

do trabalhador e da trabalhadora, ela não acabou com o direito do trabalho, e havia alguns parâmetros em face dos quais se podia fazer disputas de interpretação no Poder Judiciário.

O procurador alerta que o que está atualmente em pauta no STF é a possibilidade do direito do trabalho se tornar facultativo e, conseqüentemente, simplesmente deixar de ser respeitado, o que levará ao fim dele.

**“O momento é de grande preocupação e da gente ser capaz de lidar com esse assunto com a seriedade que ele exige”,** diz.

Para o MPT, a pejetização é uma fraude trabalhista, porque ao invés de você contratar um empregado, uma pessoa que preenche todos os requisitos da CLT, que são previstos no artigo 2º e 3º, é contratada uma pessoa jurídica como prestador de serviços.

Na verdade, o empregador quer contratar um empregado. Se você permite que exista essa opção você vai tornar facultativo o regime de emprego e, conseqüentemente, é difícil de vislumbrar alguma empresa que vai achar melhor contratar um empregado do que um PJ- Renan Bernardi Kalil

### **Justiça do Trabalho em xeque**

Outra grande preocupação é a de que a pejetização vai permitir que os casos desse modelo de contratação sejam julgados, a princípio pela justiça comum, e não pela trabalhista. Isto porque pelo contrato ser considerado entre duas pessoas jurídicas quem analisa esse tipo de processo é a Justiça Comum. Somente se o juiz entender que houve fraude contratual que o caso será remetido para a esfera trabalhista.

“A Abrat se reuniu com a Anamatra e a ANPT para que as três entidades pudessem

trabalhar de forma conjunta sobre a questão da competência para não ter esse esvaziamento e enfraquecimento da Justiça do Trabalho. Foi a primeira questão que a gente tomou para ter o cuidado de não ter esse esvaziamento e enfraquecimento absoluto que vai ter, porque hoje há uma média de 40% das ações tratando sobre a questão de reconhecimento de vínculos de trabalho”, diz Elise. Segundo ela, apenas entre o ano passado e este ano deram entrada 500 mil novos pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício.

A advogada estranhou a decisão do ministro Gilmar Mendes já que o processo que motivou a suspensão de todas as ações sobre pejetização, já tinha sido indeferido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

“Foi um caso em que o autor teve seu reconhecimento de vínculo perdido na 1ª Instância. Ele recorreu, ganhou na segunda instância, mas perdeu no TST [instância maior da Justiça do Trabalho]”, conta Elise.

### **Próximos passos**

A Abrat vai pedir para ser ouvida como Amicus Curae (amigos da corte, quando uma entidade pode expor a sua opinião mesmo que não tenha seu nome incluído no processo), no STF.

“Nós já estamos dialogando com diversas entidades e com os ministros da Justiça, Ricardo Levandowski, do Trabalho, Luiz Marinho, com a Procuradoria Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com membros do Senado Federal porque existe um Projeto de Lei que trata especificamente sobre a competência, de que essas relações

de trabalho devem ser julgadas pela Justiça do Trabalho e já teve parecer favorável na CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] do Senado, conta Elise.

A Abrat também solicitou agenda com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o Advogado-Geral da União, Jorge Messias e com os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), porque as decisões da corte terão reflexos, caso caia a competência da Justiça do Trabalho.

O MPT, por sua vez, segundo o procurador Kalil, está acompanhando as movimentações, conversando com diversos atores que estão fazendo essas manifestações, tendo, inclusive, participado da reunião do Fórum Interinstitucional em Defesa dos Direitos Sociais (FIDS), entidade que defende os direitos trabalhistas e previdenciários, criado na época da Reforma Trabalhista, e que também está atuando na questão da pejetização.

O órgão também está conversando com a Procuradoria Geral da República, que o representa no Supremo Tribunal Federal, com parlamentares e todas as movimentações que são possíveis dentro dos limites das atribuições constitucionais do MPT.

**FONTE: CUT - Rosely Rocha**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, Lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF